



Jane de Anácio/Agência Senado

Renan Calheiros diz em entrevista coletiva que pauta de votações acordada entre os líderes partidários contém propostas que contrariam interesses do Judiciário

Mesa aguarda decisão do Pleno do STF sobre Renan

A Advocacia do Senado ingressou no Supremo contra liminar que visa afastar o senador da Presidência da Casa

A Mesa do Senado decidiu aguardar a decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) para tomar providências sobre o afastamento ou não de Renan Calheiros da Presidência da

Casa. O assunto é o primeiro item da pauta do STF hoje, a partir das 14h. A Advocacia do Senado recorreu ao Supremo contra liminar do ministro Marco Aurélio que visa afastar Renan do cargo. O senador afirmou que a

decisão da Mesa se baseou no respeito à independência entre os Poderes. O primeiro-vice-presidente da Casa, Jorge Viana, avaliou que a liminar é grave por interferir em outro Poder e que é preciso trabalhar pelo país. **3**



Reprodução

Revista discute papel de agências na regulação

A *Em Discussão*, encartada hoje no **Jornal do Senado**, mostra soluções em análise no Congresso para evitar, por exemplo, o aparelhamento de agências reguladoras, como Anac, Anatel e Anvisa. A revista também traz propostas dos senadores contra o desperdício de alimentos.



Amin Kibibelbeck

Parque eólico e solar: petróleo poderá financiar estudos sobre energia limpa

Comissão aprova projeto sobre pesquisa de fontes de energia

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou ontem projeto de Cristovam Buarque que destina parte dos recursos da indústria do petróleo e de empresas do setor elétrico

para pesquisa e desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

A proposta segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lasier Martins e Paulo Paim (3º e 4º, à esq.) com os homenageados em sessão

Senado entrega Comenda Dom Hélder de Direitos Humanos

Em solenidade no Plenário ontem, o Senado entregou a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. Criada em 2010, a homenagem distingue anualmente nomes

com atuação relevante em defesa dos direitos humanos no país. Nesta sétima edição da comenda, cinco pessoas foram premiadas, uma delas in memoriam. **2**

CPIs já têm mais poderes legais para investigar **2**

Lei Geral das Telecomunicações vai mudar **4**

Debatedores criticam reforma da Previdência **4**

Governo quer teto rígido para servidor público **4**

16 DIAS DE ATIVISMO
pelo fim da violência contra a mulher

Assédio moral:
Não dá pra disfarçar, tem que acabar

Confira a programação em
senado.leg.br/institucional/procuradoria

CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL

Senadores ressaltaram importância do bispo católico na luta contra abusos do regime militar. Foram premiados Cristina Afonso, Omar Ferri, Airton Lima, Maria Eunice Paiva e, in memoriam, Luciana Araújo

Comenda Dom Hélder destaca direitos humanos

EM SOLENIDADE NO Plenário ontem, o Senado entregou a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. Criada em 2010, a honraria distingue anualmente nomes com atuação relevante na defesa dos direitos humanos no país. Nesta edição, cinco pessoas foram lembradas, uma delas in memoriam.

Os agraciados são escolhidos por conselho composto por um representante de cada partido político com assento no Senado. O vice-presidente do conselho, Paulo Paim (PT-RS), presidiu a sessão solene, que marcou também o Dia Internacional dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro.

Este ano foram premiados a fisioterapeuta Cristina Afonso, destaque em tratamento de pessoas com queimaduras em Goiânia; o advogado gaúcho Omar Ferri, defensor de presos políticos na ditadura; o padre pernambucano Airton Freire,



Senadores e homenageados pela 7ª edição da comenda no Plenário do Senado

líder das obras sociais da Fundação Terra; a advogada paulistana Maria Eunice Paiva, viúva do deputado Rubens Paiva, assassinado em 1971 pela ditadura; e, in memoriam, a gaúcha Luciana Araújo, líder de ações sociais e de educação.

O bispo dom Hélder Câmara (1909-1999) se destacou pela defesa dos direitos humanos durante o regime militar. Foi indicado quatro vezes para o Prêmio Nobel da Paz.

Lasier Martins (PDT-RS) se

referiu aos agraciados como “pessoas heroicas”. Ele sugeriu Omar Ferri. Humberto Costa (PT-PE) falou da honra de indicar o padre Airton. Cristina Afonso foi homenageada por Lúcia Vânia (PSB-GO). O prêmio in memoriam a Luciana Araújo, conhecida como Mãe Preta, foi iniciativa de Paim.

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que é preciso refletir sobre as lições que dom Hélder poderia oferecer ao quadro político atual.

Nova lei amplia os poderes de investigação de CPIs

As comissões parlamentares de inquérito (CPIs) terão poder de investigação próprio das autoridades judiciais, com ampla ação para pesquisar determinado fato. É o que estabelece a Lei 13.367/2016, sancionada na segunda-feira e publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A lei altera vários artigos da antiga Lei 1.579/1952. O texto tem origem no PLS 173/1996, do ex-senador Júlio Campos,

aprovado no Senado em 1997 e votado apenas com modificações de redação na Câmara em novembro. A lei entrou em vigor ontem.

Ela autoriza a criação das CPIs apenas quando há a aprovação de requerimento de um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado, em conjunto ou separadamente. Antes, além dessa possibilidade, a comissão podia ser criada também

por votação no Plenário.

Outra alteração é a possibilidade de solicitação de medida cautelar à Justiça, por parte da CPI, quando forem encontrados indícios de origem ilegal de bens.

A nova lei determina o encaminhamento de relatório também ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, além do Senado ou da Câmara, conforme previsto anteriormente.

Relatório propõe mudanças em reestruturação da EBC

Lasier Martins (PDT-RS) apresentou ontem relatório sobre o texto da MP 744/2016, que reestrutura a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). No entanto, um pedido de vista coletiva na comissão mista que analisa a MP adiou a votação para amanhã, às 9h.

A principal mudança proposta por Lasier foi a substituição do Conselho Curador por um Comitê Editorial e de Programação, com funções mais pontuais e menos integrantes. A extinção do Conselho Curador é um dos itens mais controversos da MP,

editada pelo presidente Michel Temer em 2 de setembro.

Para integrantes do governo, o órgão estava partidariado, o que atrapalhava a isenção. Para os alinhados ao governo da ex-presidente Dilma Rousseff, o conselho é peça-chave na gestão de uma TV pública.

Agências reguladoras e desperdício de alimentos em destaque na *Em Discussão!*

A revista *Em Discussão!* que circula hoje com o **Jornal do Senado** destaca dois temas: o funcionamento das agências reguladoras e o desperdício de alimentos. A reportagem de capa mostra as implicações na economia da má gestão das agências. Uma norma mal elaborada pode impedir a competitividade de mercados, trazer danos ao consumidor e resultar em perdas de produtividade e investimentos.

Tanto na regulação econômica quanto no abastecimento de alimentos, o Senado tem buscado acabar com vícios antigos, como a ausência de planejamento, a predominância da solução costumeira sobre a inovação técnica, a falta de transparência e a ingerência de interesses

políticos sobre necessidades mais abrangentes.

Soluções

O Congresso debate, por exemplo, uma lei geral para as agências reguladoras. O objetivo é melhorar a supervisão de concessionárias de serviços públicos, garantir a participação de consumidores nas decisões e evitar o aparelhamento por ministérios e empresas reguladas.

Os senadores também chegaram a um consenso sobre diretrizes para evitar que 26 milhões de toneladas de alimentos se percam todo ano na cadeia de produção, transporte, venda e consumo. Estão previstos incentivos fiscais para melhorias tecnológicas e regras para descriminalizar doações de sobras.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI Indicado à Anatel

8h30 Sabatina de Leonardo Euler de Moraes, indicado ao conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações. Na sequência, análise de requerimento.

CAS Indicado à ANS

9h Análise da indicação de Leandro Fonseca da Silva para diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Logo depois, análise de projetos. Entre eles, o PLS 255/2016, que concede pensão especial a pessoas diagnosticadas com microcefalia causada pelo vírus da zica.

CDR Aviação regional

9h Apresentação de relatório de avaliação de política pública sobre o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Depois, reunião deliberativa. Na pauta, entre outros, está o PLC 159/2015, sobre segurança em brinquedos dos parques infantis.

CDH Religião e justiça social

9h Audiência pública interativa sobre “as religiões contra as injustiças sociais”.

CCJ Lei Maria da Penha

10h O PLC 4/2016, que tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha, é um dos projetos em pauta.

CMO Lei Orçamentária

10h A Comissão Mista de Orçamento analisa relatórios ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. O colegiado volta a se reunir às 14h e às 18h com o mesmo objetivo.

CPI DO FUTEBOL Relatório final

10h15 Discussão e votação do relatório final da comissão parlamentar de inquérito.

CE Melhoria do ensino público

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza audiência pública interativa sobre a Aliança Brasileira pela Educação.

CMMC Bioquerosene

14h30 A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas analisa requerimento e, logo depois, realiza audiência pública interativa com o tema “Bioquerosene e as mudanças climáticas”.

CRA Banco da Terra

15h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária pode votar o PLS 139/2016, que autoriza o desmembramento de financiamento coletivo contratado no Banco da Terra, e mais 5 itens. Depois, análise de relatório sobre seguro rural.

EXTRATETO Relatório

16h A Comissão Especial do Extrateto analisa relatório final.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadores concederam prazo para que Renan se defenda e condicionaram seu possível afastamento da Presidência do Senado ao julgamento pelo Plenário do Supremo, hoje

Mesa aguardará decisão do Plenário do STF

A MESA DO Senado decidiu aguardar a deliberação do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) para tomar providências sobre o afastamento ou não de Renan Calheiros da Presidência da Casa. O assunto é o primeiro item da pauta de julgamentos do STF hoje, a partir das 14h.

Em extensa reunião, os integrantes da Mesa decidiram ontem conceder prazo regimental para que Renan se defenda da decisão liminar do ministro Marco Aurélio Mello de afastá-lo da Presidência da Casa a partir de pedido do partido Rede Sustentabilidade.

Renan terá cinco dias úteis para apresentar à Mesa defesa escrita. Caso não o faça, será nomeado um defensor dativo que também terá cinco dias úteis para se manifestar. Depois disso, o relator tem outros cinco dias úteis para proferir seu voto, que será em seguida analisado pela Mesa.

Esse procedimento foi aplicado em 2005, quando a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou sugestão de rito apresentada por Renan, que na ocasião também presidia a Casa, para análise do caso envolvendo João Capiberibe (PSB-AP). O senador havia

sido afastado do mandato pelo STF, que confirmou decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Capiberibe reassumiu após entrar com mandado de segurança com pedido de liminar deferido pelo ministro Marco Aurélio, que lhe assegurou o direito de ampla defesa, mas não definiu prazos. A partir daí, Renan sugeriu o rito e encaminhou-o à CCJ, que o aprovou. O mesmo rito está sendo adotado agora.

A decisão da Mesa levou em conta que os efeitos da liminar “impactam gravemente o funcionamento das atividades legislativas em seu esforço para deliberação de propostas urgentes para contornar a grave crise econômica que o país enfrenta”. Além disso, evocou o parágrafo 3º do artigo 53 da Constituição, segundo o qual cabe ao Senado deliberar sobre a sustação de processo criminal contra senador.

Caráter provisório

A alegação é que a decisão do ministro do STF é de caráter liminar. E que a Constituição assegura a independência e harmonia entre os Poderes e o direito privativo dos parlamentares de escolherem seus dirigentes.



Renan (2º à esq.) contesta decisão monocrática, que, para Viana (4º à esq.), é grave por interferir em outro Poder

Renan defende respeito a separação de Poderes

Renan Calheiros disse ontem que a decisão da Mesa do Senado de não afastá-lo da Presidência tem como base o respeito à separação e à independência dos Poderes.

Ele afirmou que a decisão liminar foi tomada a nove dias do fim das votações no Senado, previstas em calendário aprovado pelos líderes. Segundo Renan, a pauta tinha propostas que iam contra os interesses do Judiciário.

— Esse calendário continha matérias que feriam interesse do Judiciário e do Ministério Público, mas isso é da democracia — declarou.

Renan disse já ter cumprido “decisões piores” do ministro do STF Marco Aurélio, como

a que impedia o fim dos supersalários dos servidores. Em 2014, liminar do ministro garantiu o pagamento de salários acima do teto porque os servidores não tinham sido ouvidos antes do corte determinado pelo Senado.

— Toda vez que ele [Marco Aurélio] ouve falar em acabar com o supersalário, parece tremer na alma. Tomar uma decisão para afastar, a nove dias do término do mandato, um presidente do Senado, por decisão monocrática, nenhuma democracia, mesmo no Brasil, merece este fim.

Viana

O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-

AC), garantiu que não defenderá interesses pessoais ou partidários no caso do afastamento de Renan da Presidência:

— A decisão é grave, porque interfere em outro Poder e tira da presidência de um outro Poder aquele que foi eleito. Eu jamais vou trabalhar a meu favor neste caso para assumir. Eu vou trabalhar pela instituição e pelo país — disse.

Viana negou que poderia interferir em votações como a da PEC 55/2016, que limita os gastos públicos por 20 anos. O PT, partido do senador, é um dos maiores opositores da proposta. Viana disse que o calendário é fruto de acordo, que precisa ser respeitado.

Senado recorre da decisão de ministro de afastar presidente da Casa

A Advocacia do Senado ingressou ontem, no STF, com mandado de segurança com pedido de liminar e agravo regimental contra a decisão do ministro Marco Aurélio Mello. O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, argumenta que o afastamento traz “enor-

me risco para a manutenção do andamento normal dos trabalhos legislativos”.

A Advocacia também apresentou ontem ao Supremo petição da Mesa do Senado que defende a anulação do processo que resultou na decisão do ministro. A Arguição de

Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 402, ajuizada em maio pela Rede Sustentabilidade, pede que o STF declare que réus em ação penal estão impedidos de ocupar cargos na linha de substituição da Presidência da República (presidente da

Câmara, presidente do Senado e presidente do STF).

Segundo a Advocacia, desde o ajuizamento da ação, apenas o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi intimado. O argumento é o de que o Senado também deveria ter sido ouvido. Por isso, a Mesa pede

a anulação de todos os atos processuais subsequentes.

Mandado de segurança:
<http://bit.ly/MandadoSegurancaSTF>
Agravo regimental:
<http://bit.ly/AgravoRegimentalSTF>
Arguição de descumprimento de preceito fundamental:
<http://bit.ly/ADFP402>

PSDB e DEM querem manter calendário de votações sobre teto de gastos públicos

O presidente do PSDB, Aécio Neves (MG), disse que o partido fez um apelo à presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, para que marque para hoje a decisão do tribunal sobre o afastamento definitivo do presidente do Senado, Renan Calheiros.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), também se manifestou sobre o assunto e disse que a decisão liminar do STF tem de ser acatada pelo Senado, ainda que se recorra ao Plenário do Supremo para contestá-la.

Para Aécio, não pode haver “vácuo de poder”. Outra decisão tomada pelo PSDB, segundo o senador, é de apoiar a manutenção do calendário de votação da PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016). Aécio garantiu que, caso ocorra alguma tentativa de atrasar a votação, prevista para terça-feira, o partido fará um requerimento para manter a data, “já que a PEC é essencial para a recuperação econômica do país”.

Ele lembrou, ainda, que a aprovação em primeiro turno se deu por “ampla maioria” no Plenário do Senado.

Já Caiado afirmou que, ao recorrer da liminar no STF, Renan reconheceu automaticamente que foi informado da decisão, ainda que não tenha recebido oficialmente a notificação do oficial de Justiça. O líder do DEM também considerou importante a votação em segundo turno da PEC 55/2016.



Aécio pediu urgência no julgamento. Para Caiado, se Renan recorreu da decisão, é porque a conhece

Oposição tem opiniões divergentes sobre troca imediata na Presidência

Os senadores de oposição ao governo divergiram em relação à decisão da Mesa do Senado de não aceitar o afastamento imediato de Renan Calheiros, como determina a liminar do STF.

Para o líder do PT do Senado, Humberto Costa (PE), é importante que seja concedido um prazo regimental para defesa de Renan, enquanto se aguarda pela decisão do Plenário do STF:

— Já que a decisão do Supremo vai

ser tomada amanhã [hoje], acho que é uma medida de precaução positiva.

Já para Lindbergh Farias (PT-RJ), a decisão do STF deve ser respeitada e só depois Renan poderia recorrer. Segundo ele, a posse de Jorge Viana deveria ter sido automática e a posição da Mesa apenas “cria confusão maior”.

— Quem é o presidente do Senado agora? O senador Jorge Viana ou senador Renan Calheiros? Para mim é o senador Jorge Viana — disse.

Rede

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defendeu a saída de Renan e criticou a decisão da Mesa, frisando que não houve consulta aos líderes nem deliberação do Plenário. O partido dele foi o autor do pedido de afastamento.

— Decisão judicial, mesmo que cautelar, tem que ser cumprida. Não se ofende decisão judicial em um Estado de direito, por mais que se divirja dela.



Humberto defende prazo para defesa de Renan, e Randolfe destaca falta de consulta a líderes

Avança incentivo a busca de energia alternativa

Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou ontem destinação de parte dos recursos do petróleo e do setor elétrico para pesquisa de novas fontes. Projeto vai para a Comissão de Assuntos Econômicos

A COMISSÃO DE Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem projeto de Cristovam Buarque (PPS-DF) que destina parte dos recursos da indústria do petróleo e de empresas do setor elétrico para pesquisa e desenvolvimento de fontes alternativas de energia. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 696/2015, que foi relatado por Hélio José (PMDB-DF), estabelece que poderá ser fixada, nos contratos referentes ao pré-sal ou de grande produção e rentabilidade, a destinação de até 1% da receita bruta da produção de petróleo ou gás natural na pesquisa e inovação do setor energético.

Pelo texto aprovado, que foi negociado com o governo e o setor privado pelo relator, a aplicação desses recursos deve priorizar projetos relacionados a fontes eólica, solar, biomassa, hidráulica. Também terão prioridade tecnologias convergentes como armaze-

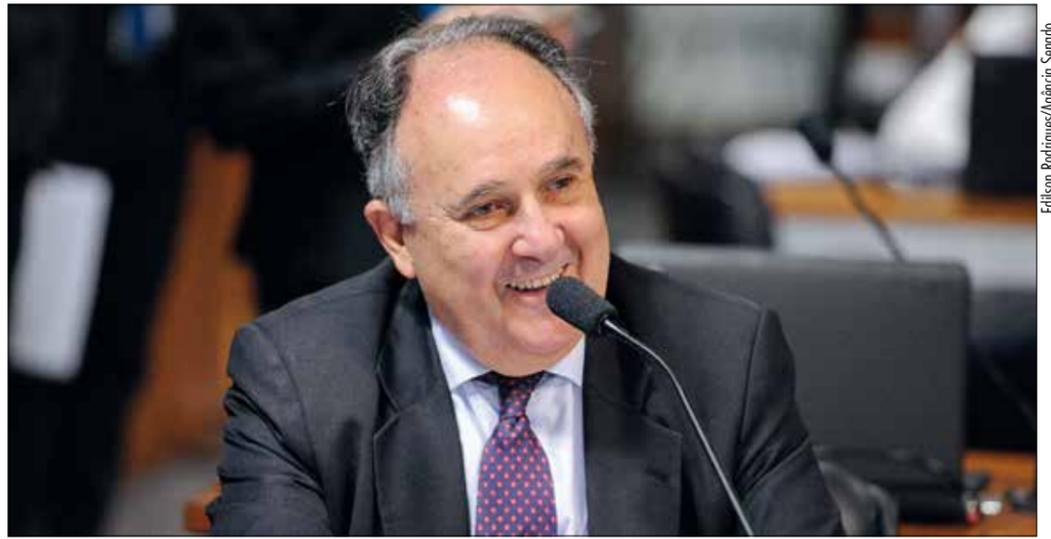
namento de energia, *smart cities* e *smart grids* (cidades e redes elétricas inteligentes), pesquisas e tecnologias de baixo carbono.

Critérios semelhantes também deverão valer, de acordo com a proposta, para as empresas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia associadas do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

Cristovam considerou que o relatório de Hélio José aperfeiçoou seu projeto.

— Estamos muito atrasados no que se refere a energias alternativas, como a solar e a eólica. Isso ocorre por falta de pesquisas. Quando precisamos investir em energia solar, por exemplo, temos que importar tudo — afirmou.

Hélio José informou que requereu à presidente da CAE, Gleisi Hoffmann (PT-PR), a relatoria do texto também naquela comissão, onde continuará negociando com o governo, buscando dar prioridade à proposta.



Cristovam, autor do projeto sobre energia alternativa, considera que o Brasil está muito atrasado por falta de pesquisas

Comissão defende mais investimentos privados em ciência

O Brasil precisa construir políticas que estimulem o aumento dos investimentos privados em ciência e tecnologia, de forma sistemática e persistente. A conclusão consta de relatório sobre os fundos de incentivo ao desenvolvimento desses setores, aprovado ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Essa foi a política pública avaliada pelo colegiado em 2016.

No relatório, elaborado por Lasier Martins (PDT-RS),

presidente da CCT, foram analisados principalmente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel). O relatório mostra que apenas uma parte dos recursos arrecadados por esses fundos é de fato aplicada. Consequentemente, em ambos há um saldo financeiro crescente a cada ano.

De acordo com o relatório,

o Brasil investe em pesquisa e inovação cerca de 1,4% do produto interno bruto (PIB), abaixo de países como Coreia do Sul, Japão, Alemanha e Estados Unidos, que aplicam entre 2% e 4%. Lasier sugere simplificação tributária e das regras trabalhistas, desenvolvimento da infraestrutura de transportes e comunicações, simplificação dos processos de importação e exportação de produtos e agilização na concessão de patentes.

Aprovado novo cálculo de pessoal para municípios

AGENDA BRASIL

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou ontem projeto que exclui do cálculo da receita corrente líquida (RCL) de estados e municípios algumas despesas de pessoal, como os repasses federais para pagar integrantes dos conselhos tutelares e para apoiar programas de saúde da família, de assistência social e de atenção psicossocial.

De autoria do presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), o projeto modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para evitar que municípios e estados descumpram o limite total para os gastos com pessoal e fiquem impedidos de receber transferências voluntárias da União e contratar operações de crédito. De acordo com a LRF, a despesa total

com pessoal nos municípios não pode ultrapassar 54% para o Executivo. Nos estados, esse limite é de 49%. O projeto original beneficiava apenas os municípios, mas Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu a inclusão dos estados.

Substitutivo

O relator, Roberto Muniz (PP-BA), apresentou substitutivo para deixar a lei mais clara. Propôs que os recursos recebidos pelos municípios e estados entrem no cálculo da RCL da União. Muniz também fez outras alterações pontuais, para facilitar a adequação contábil da mudança na lei.

— Os municípios estão vivendo momentos muito difíceis e milhares de gestores estão sendo penalizados. O projeto pode ajudar nessa situação — explicou o relator.

Segundo Otto, a União criou

programas sociais de execução obrigatória pelos municípios, “sem repassar recursos suficientes”. Com a crise, o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu. Lembrou que vários prefeitos têm sido responsabilizados, com contas reprovadas e se tornando inelegíveis pela Lei da Ficha Limpa. O projeto (PLS 15/2016) segue agora para a análise do Plenário.

Empreendedorismo

Outro projeto aprovado na comissão estimula o empreendedorismo rural (PLS 104/2015). De autoria de José Agripino (DEM-RN), recebeu substitutivo de Cristovam Buarque (PPS-DF), aprovado em abril. Mas teve de ser submetido a turno suplementar de votação. Agora segue direto para a Câmara se não houver recurso para o Plenário.

Críticas à reforma previdenciária dominam debate

A proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência foi alvo de duras críticas ontem durante audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta fixa idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, inclusive professores. As regras valem para os trabalhadores do setor privado e do setor público,

incluindo parlamentares, mas não militares.

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a retirada dos projetos que prejudicam trabalhadores, inclusive a PEC 55/2016, que estabelece um teto para os gastos públicos.

A representante da Casa Civil, Martha Seillier, argumentou que há déficit crescente do sistema previdenciário.

O deputado Bohn Gass (PT-RS) atacou o governo por incluir a aposentadoria rural nas regras gerais da reforma. A idade mínima para se aposentar nessa categoria subirá de 55/60 anos (mulheres/homens) para 65 anos. Serão exigidos 25 anos de contribuição, no mínimo, para ter direito ao benefício. Hoje são necessários 15 anos.

Segue à sanção texto que altera a Lei Geral de Telecomunicações

AGENDA BRASIL

Na reunião de ontem, a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN) também aprovou alterações na Lei Geral de Telecomunicações (LGT — Lei 9.472/1997).

O projeto (PLC 79/2016), do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), tem o objetivo de estimular investimentos em redes de suporte à banda larga, eliminar possíveis prejuízos à medida que se aproxima o término dos contratos e aumentar a segurança jurídica na prestação de

serviços de telecomunicação.

Relator do PLC 79/2016, o senador Otto Alencar (PSD-BA), que preside a comissão, deu parecer favorável, dizendo que a proposta atualiza o marco regulatório das telecomunicações, alinhando-o com os anseios da sociedade. Também contribuiu para impulsionar os investimentos no setor, avaliou.

O projeto faz parte da Agenda Brasil, pauta legislativa elaborada pelo Senado com propostas que contribuam para a retomada da economia. Caso não haja recurso para análise em Plenário, o texto seguirá para sanção.

Representante do governo quer teto rígido para serviço público

Na Comissão Especial do Extrateto, ontem, o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Rudinei Marques, sugeriu a fixação de um teto rígido para a remuneração de servidores públicos.

Já o presidente da Associação dos Magistrados, João Ricardo Costa, e a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Norma Cavalcanti, defenderam a manutenção

de verbas indenizatórias como forma de compensar os “salários achatados”, mesmo que elas levem os ganhos a ultrapassarem o valor do teto.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, afirmou que a economia feita pela Casa desde 2006, em função da adequação de salários ao teto, foi de mais de R\$ 600 milhões.

Kátia Abreu (PMDB-TO) disse que, como relatora da comissão, vai tratar os servidores de maneira igualitária.